



Rádio Educação – maneiras de conjugar¹

Adriana Gomes Ribeiro²

Faculdade de Educação da Baixada Fluminense /
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Resumo

A utilização do rádio para educar está presente na história da radiodifusão brasileira desde a fundação de nossas primeiras emissoras. Até a década de 1970, a maioria dos projetos pensava o veículo como vetor de educação a distância. Nos últimos 20 anos, porém, outros tipos de projeto de educação com o rádio têm sido propostos, tais como: a promoção do exercício crítico para melhor “leitura” do meio; a produção de programas como motivadora para aprendizagem de outros conteúdos; a produção como estímulo para promover uma melhor comunicação e troca de informações num determinado grupo. Ainda assim, a produção de programas para ensinar conteúdos não cessa, ao contrário, se reinventa, tentando apreender a melhor maneira de conjugar rádio e educação. Este artigo procura apresentar histórico e panorama atual das produções radiofônicas dedicadas à educação formal e não formal.

Palavras-chave

Rádio-educação; rádio educativo; história do rádio.

Boa parte dos trabalhos contemporâneos que tratam de rádio e educação costuma fazê-lo sob a perspectiva de *leitura dos meios*, ou *comunicação educativa* – ou seja, sobre projetos que discutem e apresentam aos usuários de mídias as particularidades de sua linguagem, estimulando uma recepção crítica; ou a produção com a finalidade de estimular habilidades (gosto pela leitura, capacidade de interação com o grupo), desenvolvida, principalmente, dentro de estabelecimentos de ensino, e circunscrita ao espaço de produção. Atualmente, poucos estudos têm se debruçado sobre a atuação de emissoras educativas ou sobre a produção de programas com a intenção de ensinar conteúdos.

Este quadro parece refletir, por um lado, a crescente familiaridade e presença de veículos de comunicação em nosso dia a dia, constatação presente na elaboração de documentos como a Declaração de Grunwald, texto elaborado em congresso da Unesco,

¹ Trabalho apresentado no GP Rádio e Mídia Sonora, evento componente do XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Mestre em Educação Cultura e Comunicação FEBF/UERJ, e-mail: gomesribeiroadriana9@gmail.com



realizado na década de 1980³. A Declaração chama atenção para o fato de que, cada vez mais, os veículos de comunicação estão assumindo o lugar da escola e da família na formação.

Por outro lado, o tipo de abordagem mais participativa dos programas que trabalham com produção de conteúdo pelos próprios usuários, parece acompanhar também uma mudança na compreensão do que é educar e das funções do educador. Educar aqui é um processo compartilhado de troca de informações, no qual o professor é condutor da ação, e, necessariamente, todos os atores do processo precisam participar ativamente. Nesse tipo de abordagem, o aparato rádio não é entendido como veículo de massa, mas como exercício de linguagem, a partir do qual os conteúdos do currículo escolar serão elaborados e consolidados.

Em um recente trabalho sobre a atuação de emissoras com concessão educativa no Estado de São Paulo, Irineu Guerrini Jr. (2008) apresenta duas diferentes possibilidades de compreensão do sentido de “educar”:

A palavra “educar” origina-se do verbo latino *duco*, que significa “conduzir”: o professor, numa concepção tradicional, “conduz” o aluno com vistas à sua integração na sociedade. Mas um conceito mais moderno de educação, como o de Paulo Freire, vai mais adiante: supera-se a relação vertical, estabelecendo-se uma relação dialógica.(...) E a finalidade dessa relação já não é apenas integrar o educando na sociedade, mas transformá-la, através de um conhecimento reflexivo e crítico. (GUERRINI Jr., 2008, p. 1)

Seguindo sua explanação, Guerrini pergunta: “Quantas emissoras de rádio educativo cumprem esse papel?”. Para responder a essa pergunta devemos levar em conta questões relativas às duas variáveis da “equação”: rádio e educação.

O rádio é uma mídia de massa por natureza, e, portanto, destinado a emissão um-muitos. No entanto, o veículo também tem um potencial de reforçar laços comunitários. O grau de aproximação entre emissores e receptores vai depender do grau de conhecimento dos emissores em relação a seu público ouvinte, de estratégias de cooptação das emissoras (coberturas locais específicas, promoções, linhas de telefone abertas para os ouvintes para participação em debates, escolha de repertório musical etc), e, também, da motivação primordial da emissora (lucrar, instruir, estimular a participação social).

³ Disponível em www.multirio.rj.gov.br, acesso em 29/06/2007.



Quanto maior for a aproximação do emissor em relação ao universo de interesses dos ouvintes, mais provável é que ocorra, naturalmente, um retorno de estímulo por parte dos receptores (ainda que esse estímulo esteja submetido à estratégias de comunicação nem sempre dominadas pelo público ouvinte).

Estes procedimentos de aproximação vão diferir segundo as intenções dos detentores dos meios. Para a legislação brasileira há três tipos de emissora: as comerciais, as educativas e as comunitárias. Todas têm determinações legais em relação à programação que devem veicular, levando-se em conta que o espectro radiofônico é um bem público, e que, portanto, toda e qualquer emissora tem responsabilidades a observar (informações de saúde pública, por exemplo, são obrigações de qualquer emissor). Ainda assim, está claro que as emissoras comerciais estão submetidas à comprovação de audiência para manutenção de seus patrocinadores. O mesmo não ocorre com as educativas, mantidas sem finalidade de lucro. Também não é o caso das comunitárias, que, por imposição legal, não podem receber patrocínio.

Uma crítica freqüente às emissoras educativas é justamente sua despreocupação em relação à conquista de audiência. Há várias justificativas para que a audiência não seja a principal motivação do trabalho de uma emissora educativa. Uma das citadas com freqüência é uma frase do pioneiro da radiodifusão no Brasil, Edgar Roquette-Pinto, que diz que se deve “dar ao povo” não só o que ele quer mas o que ele precisa. A pergunta que cabe aqui é, se não se forjam mecanismos de consulta e aproximação ao público a que se destinam as emissões, como saber e como determinar o que o público precisa?

Aqui o segundo elemento da “equação” rádio e educação entra em cena. A utilização do aparato rádio para educar vai também refletir a concepção de educação do emissor. Dependendo dessa concepção teremos programas e projetos mais ou menos dirigistas, voltados para educar tendo em vista a integração em um projeto de sociedade, ou educar tendo em vista a transformação da sociedade.

Em seguida apresento mais detalhadamente alguns projetos e concepções que conjugam rádio e educação, pensado a produção de programas para difusão de educação formal e não formal.

Educar com os meios

Trato primordialmente da produção de programas de rádio com finalidade educativa – formal e informal. Produções com esse intuito devem ser encontradas, principalmente,



em emissoras com concessão para operar como rádio educativa, mas também em emissoras comerciais que devem apresentar uma cota de programação educativa; e em programas avulsos realizados por produtores independentes ou organizações sem fins lucrativos.

Há duas lógicas concorrentes para a concepção de programas de rádio educativo: a pedagógica e a midiática. Uma rádio escola ou escolar estaria mais afeita à primeira, enquanto uma rádio educativa estaria mais relacionada à segunda.

Na época da fundação da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, ela foi considerada a primeira rádio escolar do continente. No final da década de 1920 teremos um movimento pela fundação de rádio-escolas. Na década de 1930, dois estados brasileiros, Rio de Janeiro e São Paulo, fundam e operam estações com esse nome. Gustavo Capanema, Ministro da Educação e Saúde de 1934 a 1945, concebe o Serviço de Radiodifusão Escolar, órgão que seria responsável por organizar e produzir o conteúdo a ser difundido na emissora que o Ministério cria a partir da doação da Rádio Sociedade ao MES, em 1936. O SRE, no entanto, acabou ganhando a denominação de Serviço de Radiodifusão Educativa.

A utilização da palavra educativa, ou educativo, no lugar de escolar fará toda diferença para os programas das emissoras a partir de meados da década de 1940 em diante, uma vez que escolar remete diretamente ao currículo adotado pelo sistema escolar vigente, propriamente, e educativo é muito mais genérico, não determinando a aproximação com o universo da escola, especificamente.

A compreensão de que a educação deve ser uma função precípua de quem for usufruir de uma concessão de um canal de rádio, está presente em todos textos legais que tratam da matéria. Porém essas determinações mostram-se pouco específicas. Guerrini (2008) chama a atenção para um dos textos legais da radiodifusão, a Portaria Interministerial nº651, de 15 de abril de 1999, baixada pelos Ministérios da Educação e das Comunicações, que, em seu artigo nº1 determina a atuação conjunta das emissoras com os sistemas de ensino. Levado à risca, o artigo desconsideraria a maior parte da programação que leva essa rubrica atualmente. Porém, como observa Guerrini, a mesma portaria, no seu segundo artigo, amplia bastante a possibilidade de um programa ser considerado educativo:

“Art.2º Os programas de caráter educativo, informativo ou de divulgação desportiva poderão ser considerados educativo-culturais se



nele estiverem presentes elementos instrutivos ou enfoques educativo-culturais identificados em sua apresentação”. (GUERRINI Jr, 2008, p. 2)

Para Guerrini (2008, p. 2), “na prática, o artigo (...) instaura um verdadeiro ‘vale-tudo’, pois sempre haverá uma maneira de classificar qualquer programa (...) como ‘instrutivo’ ou ‘educativo-cultural’”. Somada a essa flexibilização do que se considera educativo, há dois outros fatores que concorrem para o distanciamento da função primordial de uma emissora educativa: o procedimento para se obter uma concessão, relativamente mais fácil do que o processo para concessão de rádio comercial; e a ausência de fiscalização de conteúdos por parte dos órgãos reguladores.

Educação Formal

A educação formal via rádio se dá através da preparação e transmissão de programas destinados a ensinar conteúdos específicos (línguas, história, geografia etc), que, em geral, estão ligados a um currículo definido pelos sistemas de ensino. Trata-se da produção de aulas, propriamente, ou de programas que abordem o conteúdo programático do que vai ser ensinado em uma sala de aula presencial. Quase sempre esse tipo de produção lança mão de material impresso complementar. Em alguns projetos o programa de rádio é uma das partes de um sistema que, necessariamente, conta com explicadores ou professores em contato direto com os alunos.

As diferenças entre os projetos de educação formal via rádio podem ser observadas segundo as dinâmicas de integração emissor-receptor, tanto do ponto de vista dos fluxos de comunicação quanto da compreensão do que é educar. Ainda um ponto importante que vai diferenciar os diversos programas até hoje implementados é a quem se destinam: se aos habitantes da cidade ou do campo; qual a faixa etária (crianças, jovens, adultos). No caso dos programas destinados a adultos, podem ser programas com o mesmo conteúdo dos destinados às crianças e aos jovens (ensino primário e secundário), ou programas de capacitação profissional.

O uso do rádio para a educação formal é muito raro na produção contemporânea. Já para a primeira emissora oficialmente fundada no Brasil na década de 1920, a Rádio Sociedade, o veículo rádio estava diretamente ligado a essa prestação de serviços específica. Na década de 1930 é fundada a Rádio Escola Municipal do Distrito Federal,



e experiências similares são ensaiadas em outros estados; nos anos 1940 o Ministério da Educação e Saúde promove programas de educação formal produzidos pelo Serviço de Radiodifusão Educativa e veiculados pela Rádio do Ministério, ainda hoje conhecida como Rádio MEC.

Em 1943, o técnico em educação Fernando Tude de Souza, assume a direção do SRE. Em 1944 o Serviço realizou cursos de português, inglês e geografia, além de promover um curso de férias para professores, em parceria com a Associação Brasileira de Educação. De acordo com Pimentel (2004, p.35) estava no planejamento do SRE promover cursos radiofônicos conjugados com correspondência “destacando a importância de três fatores primordiais para o desenvolvimento do rádio educativo: pesquisa, material de apoio e avaliação de resultados”. Pelo menos até o final da década de 1980, a Rádio MEC ainda transmitia cursos que tinham essa metodologia (de francês e alemão). Esses cursos, no entanto, foram, ao longo das décadas, representando um percentual cada vez menor na programação da Rádio.

Em 1950, Tude de Souza escreve um artigo relatando sua experiência no SRE, onde aponta que suas principais conclusões, a partir desse trabalho, foram:

a importância de uma programação adaptada às necessidades da população, de acordo com a região do país a ser alcançada (com metodologia variável para cada nível de ensino), e da maior utilidade do rádio para a educação de adultos, principalmente no meio rural. (PIMENTEL, 2004, p.35)

As experiências de utilização do rádio como veículo de educação formal que se deram no Brasil a partir de 1940 parecem ecoar o que disse Tude de Souza, destinando seus trabalhos à educação de adultos, preferencialmente moradores do interior do Brasil. Em 1958 é criado o SIRENA (Sistema Rádio-Educativo Nacional), que produz, grava e distribui cursos básicos de educação sanitária, alfabetização e agricultura, destinados à população do interior do Brasil.

Até aqui os modelos de educação formal via rádio utilizam o veículo de maneira centralizadora. A concepção e produção dos programas são feitas pela emissora, ou responsáveis pelo projeto, sem um programa regular de consulta a professores e alunos receptores. No SIRENA a recepção organizada, com grupos de escuta e explicação presencial é parte fundamental do sistema, no entanto, as lições, em áudio e impressas, não deixam espaço para que o explicador dialogue com a realidade de seus alunos.



Extinto o SIRENA, os sistemas de recepção herdados do programa são utilizados e ampliados por um projeto de educação e mobilização de adultos, promovido pela Igreja Católica e desenvolvido através das dioceses da região Nordeste: o Movimento de Educação de Base (MEB). O Movimento também lançava mão de monitores e postos de escuta, para os quais eram distribuídos e irradiados diversos cursos. Pimentel (2004, p.47) lista os cursos produzidos em 1970, entre os quais destacamos: técnicas de alfabetização; geografia e história da comunidade; o fenômeno da seca (causas); higiene e saúde; matemática moderna; moral e cívica; educação de base cooperativista. A diferença fundamental do MEB para o SIRENA parece estar na preocupação maior do MEB em mobilizar grupos locais a partir dos encontros fomentados para discutir os conteúdos das lições, do que propriamente ensinar conteúdos.

No final da década de 1960 e início de 1970 o governo federal instituiu o mais abrangente programa ocorrido no Brasil de ensino formal pelo rádio – o Projeto Minerva – amparado por uma portaria de 1967, que determinava a obrigatoriedade da veiculação de cinco horas semanais de programação educativa, produzida pelo SRE, por todas as emissoras de rádio do país. O projeto produzia cursos, material didático, realizava a distribuição do material, além da formação de monitores para aulas presenciais. Em seus objetivos constava que o projeto se destinava à “complementação de atividades regulares do sistema oficial de ensino brasileiro”. Na verdade, mais do que complementar, o Minerva atuou como substituto, uma vez que quem se inscrevia em seus cursos e prestava os exames correspondentes poderia receber diplomas de 1º e 2º. Graus. Os pontos de escuta e a formação dos monitores era responsabilidade das Secretarias Estaduais de Educação, que firmavam convênios nesse sentido. Aqui também temos um alto grau de centralização, uma vez que os conteúdos, de áudio e impressos, foram produzidos sem se levar em conta as diferenças regionais, novamente não permitindo aos monitores uma interação com o universo simbólico dos alunos.

Após o encerramento do Projeto Minerva, em 1991, vamos encontrar outro exemplo de utilização do rádio como veículo transmissor de educação formal no projeto intitulado *Rádio - escola*, uma parceria da Secretaria de Educação a distância do Ministério da Educação, com a Universidade de Brasília. Segundo o *website*⁴ do projeto, ele se utiliza da linguagem radiofônica para o “aprimoramento pedagógico de comunidades escolares, o desenvolvimento de protagonismos cidadãos e o treinamento de grupos

⁴ <http://200.130.3.122>, acesso em 22/06/2007.



profissionais”. Trata-se de três séries de programas: uma destinada à capacitação de professores alfabetizadores (programas com temas como meio ambiente, cultura, alfabetização); outra destinada ao uso em sala de aula, chamada “série do aluno” (dois programas e seis cantorias de repentistas); e outra chamada série do radialista (programas com duração de até 3 minutos abordando aspectos da alfabetização e sugestões de atividades - poesia, música, quadrinhas, matemática, história, geografia), destinados a divulgar o Programa Rádio Escola e dar apoio aos professores. Os programas estão disponíveis para acesso e cópia gratuita no *website* do projeto e no portal do Domínio Público⁵. Foi confeccionado material de apoio que também está disponível na internet.

Aqui os produtores da série procuraram trabalhar os conteúdos com as referências culturais dos destinatários dos programas. Por exemplo, um dos programas de auxílio ao professor alfabetizador, com o conteúdo “matemática”, se utiliza de entrevistas em uma feira, mostrando, por parte dos consumidores e do vendedor, no que o conhecimento da matemática elementar auxilia na economia de cada um.

Em julho de 2007, os Ministérios da Ciência e Tecnologia e da Educação lançaram um edital⁶ para a produção de conteúdos educacionais digitais multimídia, entre eles programas de rádio, com a finalidade de auxiliar os professores em sala de aula e dinamizar o processo de ensino. Nesse edital, alguns avanços em relação aos projetos anteriores são notáveis, como, por exemplo, a preferência por projetos que contassem com a participação de professores de ensino médio. O edital deixava claro que não se tratava da produção de rádio-aulas – a simples leitura de textos ou gravação de aulas seria desconsiderada –, e indicava que os programas deveriam ter formatos variados: entrevistas, reportagens, ficção, radioteatro. Interessante notar que esse tipo de produção se aproxima da educação não formal, mas continua destinada ao universo escolar, portanto, à educação formal.

Educação não formal

Compreendendo que a educação formal é uma modalidade de produção que prevê um planejamento sistemático para o ensino de determinados conteúdos, podemos dizer que

⁵ <http://www.dominiopublico.gov.br>, acesso em 22/06/2007.

⁶ Edital 1/2007, disponível em <http://www.oei.es/tic/conteudosdigitais.pdf>, acesso em 20/03/2009.



a educação não formal é uma forma mais livre de lidar com os conteúdos, sem implicar na produção de lições ou na produção de conteúdos pensados para uma sala de aula. Para Pimentel (2004) uma das diferenças fundamentais entre a educação formal e não formal via rádio, está na obtenção de certificados ou diplomas na primeira modalidade. Segundo a classificação apresentada em seu trabalho, o MEB é um sistema de educação não formal.

Aqui optamos por considerar qualquer projeto que promova a produção de lições ou conteúdos pensados especificamente para a aplicação em aulas como de educação formal. Caso a certificação fosse tomada como condição para classificar um programa ou projeto como educação formal, não poderíamos considerar nem o MEB, nem mesmo as lições da Rádio Sociedade nessa “rubrica”.

Assim, “não formal” se referiria às produções ou emissoras que, ainda que trabalhem com conteúdos tangentes às disciplinas escolares, não o fazem segundo uma sistemática determinada. Esses conteúdos estão dispersos na programação, apresentados em reportagens, debates, programas musicais, programas sobre e com literatura etc. Conforme já exposto, uma das conseqüências da ausência de uma ligação mais estreita com um sistema de ensino propriamente é a flexibilidade que o conceito de rádio educativo ganha. Fernando Tude de Souza, segundo diretor da Rádio MEC, dizia que:

“rádio educativo” poderia ser todo o rádio feito no país, independente de ter um caráter instrutivo ou de ensino (...) o mais importante é que toda a programação radiofônica não fosse “deseducativa”, mesmo a transmitida pelas emissoras puramente comerciais (PIMENTEL, 2004, p.34).

Desta forma, uma emissora que em algum momento de sua programação divulgue informações que esclareçam sobre cuidados com a saúde, sobre direitos, informações úteis para o exercício do que se chama cidadania, estaria promovendo educação não formal. No entanto, o percentual desse tipo de prestação de serviços pode ser mínimo, e essa mesma emissora, na seqüência de sua programação, apresentar-se majoritariamente “deseducativa”. O que seria isso? Difusão de preconceito religioso, incentivo ao consumo irrefletido etc.

A classificação aqui não é tarefa fácil. Os procedimentos legais para se obter uma concessão de rádio educativa tentam determinar alguns mecanismos de aproximação



entre as propostas de programação do requerente e as Secretarias de Educação, além de outros órgãos, conforme lista Ferraretto (2000, p.49):

Sem fins lucrativos, as rádios educativas são mantidas pela União, governos estaduais ou municipais, fundações constituídas com esta finalidade e universidades. O procedimento para obtenção de um canal difere do das emissoras comerciais, embora os primeiros passos sejam semelhantes:

1º - Verificar, no Plano Básico de Distribuição de Freqüências, se há um canal educativo disponível para a localidade onde se pretende instalar uma emissora.

2º - Se não há, é necessário encaminhar um pedido de análise ao Ministério das Comunicações, junto com uma proposta de viabilidade técnica elaborada por um engenheiro habilitado, demonstrando a possibilidade de inclusão do canal.

3º - A outorga do serviço de radiodifusão educativa não depende da publicação de edital. Basta, portanto, um requerimento ao ministro das Comunicações, anexando comprovação da disponibilidade de recursos financeiros. Pedido semelhante deve ser enviado à Associação de Comunicação Educativa Roquette-Pinto, com as justificativas do ponto de vista cultural, descrevendo ou incluindo:

- carências educacionais existentes na área de abrangência da futura emissora;
- existência na capital do estado ou na região de produção e utilização de programas (distribuição, recepção e avaliação);
- potencialidade da capital do estado ou da região em fornecer os recursos humanos necessários, comprovando também a existência de cursos em áreas pertinentes à radiodifusão educativa;
- programação para os 12 primeiros meses de funcionamento da rádio;
- estudo da estrutura provável da emissora em que se prevê a participação direta dos municípios da área de abrangência da rádio a ser instalada;
- parecer favorável da Secretaria Estadual de Educação sobre a instalação da emissora e a possibilidade de ser utilizada no ensino.

4º - Com o parecer favorável da Associação de Comunicação Educativa Roquette-Pinto, o pedido é encaminhado ao ministro das Comunicações, a quem cabe decidir sobre a outorga⁷.

Os procedimentos, se seguidos à risca, encaminhariam a programação das rádios educativas a uma atuação mais pertinente às demandas e carências educacionais locais. No entanto, conforme já apresentado, a falta de fiscalização do compromisso assumido deixa margem para que essa atuação, mesmo que planejada, não se opere de fato.

Em linhas gerais as emissoras educativas procuram pensar sua programação em oposição à programação das rádios comerciais: veiculando músicas com menor apelo de

⁷ Em 2007 ocorreu a criação da Empresa Brasil de Comunicação, que incorporou as emissoras sob o comando da ACERP (Associação de Comunicação Educativa Roquette-Pinto) e da Radiobrás. A ACERP enfrenta, atualmente, a possibilidade de extinção, o que determinará alterações no processo de concessão apresentado.



massa (música de concerto, música instrumental, música popular brasileira, artistas regionais), realizando uma cobertura jornalística mais explicativa do que puramente factual; ou produzindo programas para ‘minorias’ (mulheres, crianças, índios etc). Uma emissora comunitária também pode ser aqui encaixada, desde que sua programação tenha a preocupação de ofertar conteúdo diferente do que as rádios com apelo de massa ofertam.

O que se verifica é que os mecanismos legais não são suficientes para o controle e a promoção de uma programação educativa, por vários motivos. Recentemente há uma crescente discussão sobre os procedimentos que deveriam ser adotados para que o não cumprimento das leis não grasse no campo da radiodifusão. Uma das recorrentes demandas é por um controle social mais amplo dos meios.

Essa demanda gerou, nos últimos anos, um debate sobre a necessidade do estabelecimento de um “campo público de comunicação”. Esse “campo público” estaria referido não só as emissoras geridas por instituições privadas, sem fins lucrativos, com conselhos representativos, conforme o nome sugere. A nomenclatura vem sendo utilizada de forma a abranger emissoras estatais, universitárias, comunitárias, educativas.

Em um documento intitulado “Carta do Rio”, texto final do *1º Fórum Nacional de Rádios Públicas*⁸, essa junção em um mesmo campo de emissoras com diferentes tipos de concessão fica clara. No documento, as emissoras são assim apresentadas: rádio pública estatal; rádio pública comunitária; rádio pública universitária. Depois de listar essas três modalidades, o texto as diferencia das emissoras educativas no seguinte trecho:

Além desses três segmentos, nós representantes do campo público entendemos que existe, ainda, um número significativo de emissoras operando por meio de concessões educativas – geridas majoritariamente por organizações da sociedade civil – que precisam ser inseridas nos debates do campo das rádios públicas.

A “Carta” parece querer tratar de emissoras que, apesar da concessão educativa, seguem o mesmo modelo e lógica de programação das rádios comerciais. No entanto, o enunciado pode também indicar que as emissoras educativas geridas por Organizações da Sociedade Civil não são consideradas pertencentes ao “campo público”. Em texto

⁸ Disponível em <http://www.soarmec.com.br/radiospublicas.htm>, acesso em 10/12/2008.



bem humorado de um endereço que mantém na internet⁹, Alexandre Fradkin resume da seguinte forma a confusão causada pela profusão de nomenclaturas:

No princípio, era o verbo. E o verbo foi muito mal empregado. E continuou sendo mal empregado pelos tempos afora. O resultado aí está: a confusão reinante na área da TV educativa, também chamada de TV cultural, também chamada de TV pública, também chamada de TV estatal, também chamada de TV universitária, também chamada de TV comunitária.

Apesar de tratar do que ocorre com as TVs, o texto se aplica perfeitamente às emissoras de rádio. No ponto em que está a discussão, ficamos sem saber se a designação dada às emissoras de fato influi na concepção de sua função social ou de sua programação. A “Carta” do Fórum de Rádios Públicas reforça, em diversos momentos do texto, a já mencionada necessidade de uma maior participação social na gestão das concessões de rádio, e sugere algumas posturas em relação ao conteúdo da programação das emissoras, como independência editorial e respeito à diversidade cultural brasileira. Podemos entender que as emissoras educativas, e suas prerrogativas de ação, estão contidas nessa discussão. Nesse caso a criação de mecanismos de participação social, mecanismos de intercâmbio, entre outros, seriam linhas gerais, aplicáveis a emissoras com funções diversas. Por outro lado, determinados acontecimentos, como a transformação da TV Educativa do Rio de Janeiro em TV Brasil, parecem sugerir que o termo “educativa” está caindo em desuso. Olhando com boa vontade, isso pode significar que a ação educativa, antes explicitada no nome da emissora, está agora implícita em toda a programação. Nesse caso, qualquer emissora do “campo público” seria considerada educativa? O termo “emissora pública” substituiria “emissora educativa”? Não temos respostas para essas questões.

Para concluir, é preciso apresentar uma reflexão que concebe a ação educativa de uma emissora a partir de estudo das características específicas da linguagem do rádio. Costa¹⁰, procura conciliar várias formas de rádio – das comunitárias às educativas, experimentais –, e, mais do que o desenho de uma programação, pensa a função educativa do rádio propondo oito tópicos para reflexão: a portabilidade dos aparelhos, que permite, em associação com o telefone, a realização de conferências ao vivo, a um custo muito inferior à TV; a riqueza pouco aproveitada dos aspectos da fala, mostrando

⁹ Em <http://www.radiodifusaoeducativa.blogspot.com>, acesso em 2/03/ 2009.

¹⁰ COSTA, Mauro Sá Rego. *Rádio Educação. Oito maneiras de rádio educar*. http://www.polemica.uerj.br/poll1/oficinas/hibridos_radio_p11.htm, acesso em 22/06/2007.



que é possível “aproveitar toda a variedade dos modos de falar próprios a cada parte do país, ou da cidade, a cada camada social, a cada grupo de idade (...) modos de falar têm ritmos, timbres, gestos.”; programas de alfabetização em mídia, também capacitando crianças a fazer rádio, estimulando-as a inventar um outro rádio; registrar e elaborar paisagens sonoras; promover a abertura dos ouvidos à música contemporânea; romper com o padrão de linguagem explorando “dissidências lingüísticas que (...) funcionariam como antídoto” para a “preguiça mental que o ‘uso correto da linguagem no rádio’ acaba favorecendo”; aproveitar as formas de poesia oral, principalmente o *hip hop*; realizar emissões com pequenos aparelhos, sem lugar fixo, questionando “a formatação aceita acrítica e massivamente, do que deve ser rádio ou TV.”. As proposições do trabalho de Costa são maneiras de rádio educar que podem estar inseridas em qualquer emissora de rádio, não necessariamente intituladas educativas.

Referências bibliográficas

CALABRE, Lia. **O rádio na sintonia do tempo: radionovelas e cotidiano (1940 1946)**. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2006.

ESPINHEIRA, Ariosto. **Radio e Educação**. São Paulo. Editora Comp. Melhoramentos de São Paulo, 1934.

FERRARETTO, Luiz Artur. **Rádio: o veículo, a história e a técnica**. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzatto, 2000.

MEDITSCH, Eduardo (org.). **Teorias do Rádio, textos e contextos**. Florianópolis: Insular, 2005.

MILANEZ, Liana. **Rádio MEC Herança de um sonho**. Rio de Janeiro. ACERP: 2007.

PIMENTEL, Fábio Prado. **O Rádio Educativo no Brasil: uma visão histórica**. Rio de Janeiro: SOARMEC Editora, 2004.

ROQUETTE-PINTO, Edgard. **Seixos rolados (estudos brasileiros)**. Rio de Janeiro: Mendonça, Machado & Cia., 1927. 336p.

SALGADO, Álvaro. **A Radiodifusão educativa no Brasil**. Ministério da Educação e Saúde, Serviço de documentação, 1946.

Artigos



ALVES, Patrícia Horta & LAGO, Cláudia. **Raízes educomunicativas: do conceito à prática.** Núcleo de Comunicação e Educação da Universidade de São Paulo. <http://www.usp.br/nce/comunicacao/saibamais/textos>

COSTA, Mauro Sá Rego. **Rádio Educação. Oito maneiras de rádio educar.** Disponível em http://www.polemica.uerj.br/pol11/oficinas/hibridos_radio_p11.htm

DEUS, Sandra de. **Rádios das Universidades Federais: função pública e compromisso laboratorial.** Disponível em <http://reposcom.portcom.intercom.org.br/bitstream/1904/4621/1/NP6DEUS.pdf>

FERRARETTO, Luiz Artur. **Roquette-Pinto e o ensino pelo rádio: ainda estamos no início do começo.** In: SOCIEDADE BRASILEIRA DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES DA COMUNICAÇÃO. *29º Congresso Brasileiro de Comunicação.* Brasília: INTERCOM, 2006.

GUERRINI Jr., Irineu. **Rádio educativo no Estado de São Paulo: o ideal e o real.** In: SOCIEDADE BRASILEIRA DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES DA COMUNICAÇÃO. *31º Congresso Brasileiro de Comunicação.* Brasília: INTERCOM, 2008.

MOREIRA, Sônia Virgínia. **Roquette Pinto, empreendedor de mídia educativa.** Trabalho apresentado ao XXV Congresso de Brasileiro de Ciências da Comunicação, Intercom, 2002.

ROCHA, Maurício. **A idéia de Cultura Brasileira. O conceito de formação e a problemática da formação.** Projeto de pesquisa. FEBF – UERJ.

ZAREMBA, Lílian. **Radio Suíte: ecos da Rádio Sociedade numa FM do século 21.** II Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho, GT História da Mídia Sonora, 2004.

ZUCULOTO, Valci Regina Mousquer. **As perspectivas do rádio na sociedade de informação: reflexões sobre a programação das emissoras públicas.** Trabalho apresentado ao XXVII Congresso de Brasileiro de Ciências da Comunicação, Intercom, Porto Alegre, 2004.

Websites

<http://www.soarmec.com.br>, acesso em 10/12/2008

<http://200.130.3.122>, acesso em 22/06/2007

<http://www.dominiopublico.gov.br>, acesso em 22/06/2007

<http://www.radiodifusaoeducativa.blogspot.com>, acesso em 2/03/2009

<http://www.multirio.rj.gov>, acesso em 29/06/2007

<http://www.oei.es/tic/conteudosdigitais.pdf>, acesso em 20/03/2009